

O governador, Luis Henrique da Silveira, afirmou que a crise é mais profunda do que era esperado, e por isso se faz necessário medidas de racionalização, até para garantir o pagamento dos salários dos servidores no final do mês. A nota com a afirmação foi publicada na coluna do Paulo Alceu (Jornal Notícias do Dia, 25/11. O texto ainda destaca que o Governo projetou os primeiros reflexos negativos da crise no estado para março de 2009. O texto destaca que será preciso produzir uma fórmula para honrar os pagamentos aos servidores já que o crescimento vegetativo da Folha é de 9%, sem proporcionar o reajuste. O SINTESPE rebate as afirmações do governador L.H.S a partir de informações apuradas pelo supervisor técnico do DIEESE, José Álvaro de Lima Cardoso, em relação à crise financeira internacional e aos seus possíveis reflexos na arrecadação estadual.

A crise financeira é grave e está longe de terminar. Nenhum país pode se considerar "descolado" dos seus efeitos. Os aspectos da política econômica e comercial do Brasil, fornecem ao país, razoável capacidade de enfrentamento dos efeitos da crise. E essa força se reflete nos seus estados e municípios. Santa Catarina vem se beneficiando diretamente da melhoria da economia brasileira. **"Além de a economia brasileira e catarinense estar atravessando um momento ímpar nos últimos 20 anos (no mínimo), a arrecadação do Estado nunca cresceu tanto", explica José Álvaro.** O estado apresenta um crescimento expressivo na arrecadação, que bate recordes históricos, ao mesmo tempo em que o Governo Estadual tem reduzido despesas, inclusive as salariais. **"Há, portanto, margem não só para garantir salários, mas para, inclusive, dar reajuste de salários, conforme os próprios dados da Secretaria Estadual da Fazenda", avalia.**

Situação em Santa Catarina

Com o aumento da arrecadação e da contenção de despesas, o Estado apresentou no primeiro semestre de 2008, um superávit financeiro de R\$ 436,98 milhões, 46,21% superior ao mesmo período de do ano passado. O resultado, que vem melhorando a cada semestre decorre de uma expansão maior das receitas em face do crescimento das despesas: em 2007, enquanto as receitas totais cresceram 17,83%, as despesas totais expandiram 15,68%. Além disso, melhorou a performance da Dívida Pública. A dívida pública consolidada líquida chegou, R\$ 7,34 bilhões em 2007, correspondendo a 87,45% da receita corrente líquida. Este é o mais baixo índice de endividamento desde 2002.

A melhoria na arrecadação e a gestão dos recursos têm ampliado a capacidade de investimento do Estado, que tem destinado 7,50% da

receita total para esse fim. No primeiro semestre de 2008 a Receita Líquida Disponível (RLD) cresceu 13,51%, chegando a R\$ 3,61 bilhões (corrente), percentual muito acima da inflação verificada no mesmo período, de 7,14% (IGP-DI). O que representa um crescimento real de 5,95%.

Em 2007 o crescimento já tinha sido significativo, de 12,01%, que descontada a inflação significa uma expansão de 7,23%. Por outro lado, as receitas tributárias do Estado (ICMS, IPVA, ITCMD, ITBI, TAXAS e IRRF-FP) registraram um aumento de 14,46% no primeiro semestre chegando ao valor recorde de R\$ 4,51 bilhões.

O Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), principal imposto do Estado, que em 2007 já havia aumentando nominalmente 11,06%, no primeiro semestre de 2008 cresceu 12,79%, em relação ao mesmo período do ano passado. O resultado do aumento de arrecadação do ICMS e de outras fontes aumentou a Receita Líquida Tributária, que elevou 12,42% no primeiro semestre, chegando a R\$ 2,8 bilhões.

A Receita Corrente Líquida, indicador fundamental, inclusive para o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, também tem sido incrementada de forma vigorosa. No primeiro semestre de 2008, na comparação com o mesmo período do ano passado, a RCL expandiu 18,61% em termos nominais, chegando a R\$ 9,16 bilhões em valores correntes.

O limite legal de gastos com pessoal de todos os poderes, segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal é de 60% da Receita Corrente Líquida, considerando os últimos 12 meses. Mas o Estado de Santa Catarina está bem abaixo desse limite. O total dos gastos com pessoal de julho de 2007 a junho de 2008 totalizou R\$ 4,27 bilhões, correspondente a 46,64% da RCL, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

O Estado está cumprindo os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal com grande folga. O total de despesa com pessoal que, pela Lei, tem um limite prudencial de até 46,5% da receita corrente líquida (RCL), está em 38,88% da RCL. A situação é muito folgada também no que se refere ao endividamento. O limite de endividamento do Estado é de 200% da RCL, isto é, poderia dever o equivalente a duas RCL. Mas os dados da Tabela revelam que a dívida consolidada líquida equivale a 79,36% da RCL, com bastante margem portanto, em relação aos limites legais, o que é uma ótima notícia.

O Brasil, nem o Estado de Santa Catarina, estão descolados da crise financeira internacional. Mas os elementos citados possibilitam o enfrentamento da crise sem traumas e com a cabeça erguida. Em todos os países do mundo, o centro da estratégia tem sido garantir o crédito e a capacidade de consumo da população, como um antídoto contra a recessão. Será que o Governo de Santa Catarina é o único soldadinho de passo certo no batalhão?

Aspectos nacionais:

O país está menos dependente do mercado consumidor dos Estados Unidos, centro da crise. Em 2001 24,7% das exportações brasileiras eram destinadas àquele país, fatia que hoje se limita a 15% do total. Em contrapartida aumentou os volumes para países da periferia capitalista em todo o mundo, o que deve atenuar os efeitos da crise sobre o país;

O nível das reservas cambiais existentes no país, superior a US\$ 200 bilhões. Um dos principais canais de transmissão da crise financeira internacional para a economia do país tem sido a falta de crédito para a exportação. Na medida em que os bancos ficaram sem acesso aos fundos de crédito externo, eles diminuíram o repasse para as empresas exportadoras. Para contornar este problema, dentre outras medidas, o BC tem colocado dinheiro das reservas à disposição dos bancos, para que estes repassem aos exportadores, no máximo em 30 dias. O governo já utilizou uma pequena parte das reservas para garantir a liquidez do mercado de câmbio e como a demanda por dólares segue forte, as reservas continuarão sendo fundamentais para enfrentamento da crise nos próximos meses;

O atual dinamismo do mercado interno, que tem sido o motor do crescimento da economia brasileira nos últimos trimestres, é fundamental. A economia tem crescido com base na expansão do consumo das famílias e a taxa de crescimento dos investimentos em vem expandindo o dobro do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). A manutenção do dinamismo do mercado interno é importante para absorver, pelo menos em parte, as perdas no setor exportador, em um mundo que ingressa em um processo de recessão prolongada;

A força do mercado interno aparece claramente nos dados do comércio. Em setembro, pelo sétimo mês consecutivo, o comércio varejista apresentou crescimento. Em plena crise financeira, em setembro todos os setores de atividades pesquisadas cresceram em relação ao mês de agosto/2008, conforme atesta a Pesquisa Mensal de Comércio, do IBGE.

O volume de vendas teve alta de 8% e a receita nominal de 13,3%, respectivamente, no acumulado do ano. O segmento de Móveis e Eletrodomésticos cresceu 21,3% no volume de vendas em setembro, sobre igual mês do ano anterior, sendo o responsável pela maior contribuição à taxa global do varejo, respondendo por 35%;

O mercado de trabalho continua apresentando um ótimo desempenho, até o momento. A taxa de desemprego nas Regiões Metropolitanas, pesquisa pelo DIEESE, continuou caindo em setembro, para 14,1%, um recuo razoável em relação aos 15,5% verificados em setembro de 2007. Simultaneamente, a renda vem crescendo, ainda que de forma discreta: o rendimento médio real dos ocupados apresentou 1% de crescimento em agosto frente a julho - encerrando o período em R\$ 1.171,00. Nos últimos 12 meses, entre agosto de 2007 e agosto de 2008, o rendimento médio real dos ocupados cresceu 4,8% nas Regiões Metropolitanas. O crescimento tanto do nível de ocupação, quanto do rendimento médio real, provocou nos últimos 12 meses até agosto, uma expansão da massa de rendimentos dos ocupados em expressivos 10,0%;

Outro fator extremamente positivo também, neste momento, é a situação da dívida pública, que vem caindo nos últimos anos em relação ao PIB. A dívida líquida do setor público, em setembro, último dado divulgado pelo Banco Central, atingiu R\$1.127,2 bilhões (38,3% do PIB), comparativamente a R\$1.182,7 bilhões (40,4% do PIB) em agosto. A depreciação do real ocorrida a partir de setembro, apesar de problemática em relação ao controle da inflação, faz cair a dívida pública em relação ao PIB, o oposto do que ocorreu em outras crises cambiais. Nas crises anteriores quando a taxa de câmbio se desvalorizava, como a dívida pública era em boa parte indexada ao câmbio, o Estado ficava insolvente, praticamente quebrando e tendo que recorrer a empréstimos nos mercados internacionais;

Ajuda também o nível de depósitos compulsórios, um dos instrumentos que o Banco Central usa para controlar a quantidade de dinheiro que circula na economia. Através do depósito compulsório, o Banco Central obriga os bancos a depositar em uma conta no próprio BC parte dos recursos captados dos seus clientes nos depósitos à vista, a prazo ou poupança. Atualmente os bancos são obrigados por lei a depositar no BC 45% do dinheiro captado nos depósitos à vista, 15% dos depósitos a prazo e 20% da poupança. É importante lembrar que o recolhimento compulsório sobre depósitos à vista (45%) ainda é muito alto, o que garante ao Banco Central uma arma importante no enfrentamento da crise;

As obras do PAC, que contribuíram para acelerar o crescimento em 2008, vêm sendo executadas, e tem papel fundamental nas áreas de investimentos em infra-estrutura, estímulo ao crédito e ao financiamento, melhora do ambiente de investimento, desoneração e aperfeiçoamento do sistema tributário e medidas fiscais de longo prazo. As obras previstas no PAC tendem a exercer um importante efeito anti-cíclico sobre a economia. O ideal seria que o governo extrapolasse os investimentos previstos pelo PAC em 2009, em função dos efeitos que o Programa exerce sobre toda a cadeia produtiva, com reflexo direto sobre o emprego e a renda da população. Além disso, as obras do PAC elevam diretamente o uso da capacidade instalada. Santa Catarina, inclusive, foi contemplada com uma série de obras do PAC, com forte impacto sobre a economia do estado;

O volume global de crédito do sistema financeiro atingiu em outubro 40,2% do PIB, ou R\$ 1,187 trilhão, um recorde na economia brasileira. O estoque de empréstimos subiu 34,6% nos 12 meses encerrados em outubro e avançou 26,8% no ano. A parcela de empréstimos com recursos livres (71,7% do total) ficou em R\$ 850,3 bilhões, com expansão de 37,33% em 12 meses. A parcela de crédito com recursos direcionados, como financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), créditos habitacional e rural, ficou em R\$ 336,3 bilhões em outubro, com crescimento anual de 28,2% em 12 meses;

Fonte: José Álvaro, assessor econômico do Dieese.